



FOTOS: LUIZ ALONSO

21º Fórum ABAG

CÓDIGO FLORESTAL: O QUE É BOM PARA O BRASIL?

PRÓXIMOS PASSOS

Carlo Lovatelli*

Primeiramente, fugindo um pouco dos nossos procedimentos normais, queremos deixar em público o orgulho da Abag pela nomeação da sua diretora, Mônica Bergamaschi, como Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado São Paulo, que reúne capacidade e talento para prestar grandes serviços ao Estado e ao nosso país.

Este fórum, certamente, tentará esclarecer algumas dúvidas sobre o Código Florestal (CF), depois da sua aprovação na Câmara dos Deputados. O plenário repleto é a prova mais evidente da demanda por mais informações.

Estamos aqui muito mais para ouvir do que para falar. Concordamos com a política ambiental que o País tenta empreender. Podemos ter opiniões divergentes, em pequenos detalhes, mas a convergência pela imagem do Brasil e pela saúde do nosso planeta é absoluta, é uma questão de detalhes e *timing*. Essa é



a posição da Abag. Ninguém aqui é a favor do desmatamento.

Depois de mais de dois anos de audiências públicas, viagens, discussões e debates, repentinamente, junto com a aprovação do Código, apareceu a Emenda 164. A matéria vai para o Senado e a sanção presidencial, se não houver nenhum retrabalho da matéria. Temos um prazo exíguo para aprovação no Senado. A presidente Dilma prorrogou por seis meses a moratória assinada pelo ex-ministro Carlos Minc e pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 2008, renovada por meio do Decreto 7.029, de 10 de dezembro de 2009. Caso contrário, a partir de 11 de junho, passaria a vigorar a Lei 6.514, de 22 de julho de 2008 sobre crimes ambientais.

O Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados será submetido ao Senado: os relatores serão Luiz Henrique (PMDB-SC) na Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Agricultura, e Jorge Viana (PT-AC) na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cujo texto vai para votação. Depois, o relatório volta para avaliação na Câmara e segue para sanção presidencial.

Temos, portanto, uma caminhada de muito trabalho nos próximos meses. A Abag acompanhará de perto todos os passos.

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Virgílio Viana*

Sou um ambientalista pragmático e de resultados. Parto da visão que ninguém desmata pelo fato de ser ignorante e estúpido. Temos uma equação econômica para ser resolvida. O CF aprovado pela Câmara terá um debate de qualidade no Senado e depois a manifestação da Presidência da República.

Não quero acirrar a posição de ambientalistas *versus* ruralistas. Sofremos uma grande derrota. Primeiro lugar, reforçamos um conceito equivocado que a mata é ruim. Quando digo que o quintal está cheio de mato, passo a ideia de dono de casa relapso. Se disser que o quintal não tem mato, passo a ideia de bom jardineiro. Essa ideia que mato é ruim está subjacente ao pensamento brasileiro. E isso é errado. No Brasil, as políticas, de crédito e fundiária, estão alicerçadas nesse paradigma equivocado. O debate do CF acirrou isso.

Cientificamente, o mato é essencial para a sustentabilidade da agricultura. A nascente, o córrego, o arroio e o igarapé secam sem mato ao redor. Sem água, não se irriga. Essa polarização deixa a ideia que acabar com a floresta é bom. A fala do Lovatelli reforça que do ponto de vista estratégico não é essa a visão do setor. Mas é isso que passou no debate.

A segunda derrota foi a não construção de um consenso em torno de uma visão de interesse nacional. Houve muita polarização e emoção nas discussões. O agronegócio tem dificuldades de acesso a mercados. Quanto mais a soja brasileira ou a carne brasileira passarem a imagem de ser um fator de desmatamento, mais dificuldades terão no mercado internacional.

O terceiro perdedor é o segmento ambiental. A ideia de anistia passa uma mensagem subliminar: "Se você é ilegal, espere um pouco, pois amanhã você pode ser anistiado". Como foi anistiado dessa vez, por que não será no futuro? Haverá outra lei. Isso é um desincentivo à conformidade da lei.

O projeto aprovado na Câmara dos Deputados peca em reproduzir a velha política ambiental fracassada na América Latina. É uma ênfase nos instrumentos de comando e controle. Não funciona fazer a regra, multar e punir. Precisamos de instrumentos econômicos. Se o cidadão está ilegal e terá de fazer 30 metros de mata ciliar, quem irá levá-lo a fazer? O agricultor precisa receber por serviços ambientais. Isso já acontece no Brasil, mas em escala pequena. Na Costa Rica, onde isso existe há 18 anos, a cobertura vegetal passou de 10% para 40%.

Existem avanços nessa questão de topo de morro, em áreas de agriculturas consolidadas do Centro-Sul do Brasil. O Senado tem condições de fazer um debate de melhor qualidade, do pon-



to de vista de solidez científica e técnica.

O principal desafio do século XXI é a mudança do clima. O desmatamento responde por 12% a 20% das emissões de gases efeito de estufa. No Brasil, os jatos de baixa altitude (*low level jets*) trazem a umidade da Amazônia para o Centro-Sul do Brasil e a região da Bacia do Prata. Só do ciclo hidrológico, as florestas trazem muitos benefícios. Precisamos repensar esse paradigma do mato. O tempo em que se aprendia como melhor desmatar e usar o correntão passou.

Em 2009, fizemos uma apresentação ao presidente da República, a ministros e governadores. A mensagem foi simples: o Brasil precisa mudar nas negociações internacionais sobre as mudanças do clima. É pouco inteligente desmatar a Amazônia do ponto de vista do interesse nacional. Se essa bomba parar, o agronegócio não produz. As plantas crescem com base em luz, água e nutriente. Se não tiver água, não dá certo. Quase 70% da energia elétrica brasileira são uma geração baseada em hidroeletricidade. As nascentes e os rios dependem das matas e das chuvas da Amazônia. Também 70% das cidades brasileiras usam água superficial para seu abastecimento.

Existe uma grande batalha para vencer os velhos paradigmas. Perdemos com essa ideia que o mato é ruim. O agronegócio brasileiro será visto internacionalmente como um vilão, independentemente de ser ou não ser. Lá fora, a primeira pergunta para os brasileiros é: "Por que vocês desmatam tudo? Aí, gastam-se horas para dizer que não é, mas as pessoas não saem convencidas.

Vamos pensar com vanguarda: fazer do agronegócio um amigo da floresta, com a valoração econômica dos serviços ambientais. Ou seja, criar um mecanismo tributário que vincule a receita da cadeia produtiva para a formação de um fundo de pagamento por serviços ambientais. Com isso, poderemos aumentar a cobertura florestal brasileira, mudar o paradigma que mato é ruim e fazer com que o agronegócio seja visto como algo do bem nas negociações internacionais.

* Superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável

INICIATIVAS AMBIENTAIS

Ricardo Alioli*

Meu pai era produtor rural e engenheiro agrônomo. Foi colega de José Lutzenberger, um dos primeiros ambientalistas de resultados no Brasil. Nos anos oitenta, na corrida para o Centro-Oeste, saímos de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, chegamos a Campo Novo do Parecis, em Mato



Grosso, onde compramos uma área bruta de Cerrado. Havia apenas um posto de gasolina e um armazém da Matosul. Por isso, fomos morar em Tangará da Serra.

A Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja/MT) é contra o desmatamento ilegal, mas parece que o governo não tem controle. Em Mato Grosso, temos a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), com o Programa MT Legal, cujo objetivo é promover a regularização fundiária e ambiental das propriedades e das posses rurais localizadas no Estado. O Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), responsável pela emissão da certidão de legitimidade de origem, assim como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) possuem muita dificuldade para controlar os dados das propriedades rurais. Isso é um grande problema.

Essa questão do desmatamento tem causa e efeito. Na Europa, as pessoas continuam a comer carne e perguntam por que o Brasil desmata. Não conheci um produtor que tenha o simples prazer de passar um correntão e tocar fogo na área desmatada.

Acho o Código Florestal brasileiro a maior vitória ambiental do mundo. Nenhum outro país resolveu, por lei, proteger mais de 50% do seu território. Estamos apostando na economia da proteção ambiental. Na propriedade da família, temos 600 hectares de Reserva Legal, correspondentes a 20% da área total. Isso representa um investimento de R\$ 1,8 milhão, a tomar por base o preço da terra na região. Uma hora terá de valer alguma coisa.

Até cinco anos atrás, existia a chamada função social da propriedade: se não abrir a propriedade, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vai invadir. Deixar a Reserva Legal (RL) e a Área de Preservação Permanente (APP) não era função social. Agora, parece que é.

Em Mato Grosso, para valorizar os ativos ambientais, fundamos a Oscip Instituto Ação Verde, com sete mantenedores: a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), a Aprosoja, o Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso (Cipem), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (Fiemt), o Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso (Sincremat) e o Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras de Mato Grosso (Sindalcool/MT).

Então, em 2007, montamos o projeto Verde Rio, com a missão de recuperar as matas ciliares dos principais rios do Estado até 2020, com o envolvimento da população ribeirinha.

O Ministério Público flexibiliza a interpretação legal, mas em troca exige o plano de recuperação em conjunto com a Sema. O ribeirinho assina um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Esse projeto foi escolhido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) como um dos 22 projetos mundiais com maior potencial para reduzir o desmatamento e a emissão de gases do efeito estufa.

Dentro do conceito de neutralização das emissões de carbono, fazemos o Inventário das Emissões, com o cálculo das emissões anuais de empresas e o número de árvores para sequestrar o carbono emitido. A compensação ocorre no Projeto Verde Rio, que recebe o selo de sustentabilidade Floresta Viva.

Como Cuiabá foi escolhida como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo de Futebol, montamos no Instituto Verde o projeto Adesão da Agecopa, construindo a Copa do Pantanal. Vamos neutralizar as emissões de carbono da Copa do Mundo no Estado, tendo sido feita a adesão ao termo de Cooperação Técnica. Neutralizaremos as emissões da construção da Arena Pantanal, estimadas em 711 mil toneladas de carbono equivalente. Plantaremos 1,4 milhão de árvores e recuperaremos mil hectares de áreas degradadas, com benefícios para três mil famílias de ribeirinhos.

Cada projeto é mensurável, relatável e verificável. A área plantada terá um *chip* eletrônico com as seguintes informações: coordenadas da área do plantio, a data do plantio, as espécies plantadas, o número de indivíduos por espécie e o monitoramento anual do crescimento. O monitoramento da área será feito pela internet.

É uma grande oportunidade para as empresas. Estamos conversando com grandes frigoríficos. Existem os produtores que são seus fornecedores, com as RLs e APPs. Esses investimentos ambientais receberão selos. O consumidor compra a carne de Mato Grosso, porque o pecuarista possui área de proteção ambiental na sua propriedade. As pessoas devem mostrar isso para o europeu, sem dizer que, quando se come um Chicken McNuggets, está ajudando a desmatar a Amazônia.

* Diretor administrativo da Aprosoja

CAMINHO DEMOCRÁTICO

Duarte Nogueira*

Tivemos a aprovação do CF no Plenário da Câmara dos Deputados por 410 votos a 63. É um assunto debatido desde a publicação da Medida Provisória 2.166/67, em 24 de agosto de 2001, que foi

reeditada mais de 80 vezes. Como naquela época não perdiam a eficácia depois dos 120 dias de tramitação no Congresso, as Medidas Provisórias sequer foram votadas.

Somente em 22 de julho de 2008 o governo federal publicou a Lei 6.514, que regulamentou essa Medida Provisória. Sem averbação das reservas legais dispostas pela lei, milhares de produtores foram colocados na ilegalidade. Em razão da incapacidade





de ser cumprida, a sua entrada em vigor foi prorrogada para o dia 11 de junho deste ano.

Na Câmara dos Deputados, foi montada a Comissão Especial do CF, da qual fazem parte os deputados Aldo Rebelo e Moacir Micheletto, respectivamente, relator e presidente. Depois de analisar 11 projetos apensados ao projeto do deputado Sérgio Carvalho, a Comissão Especial, em 6 de julho de 2010, produziu o seu parecer que, na verdade, é a estrutura do Destaque 186, votado na Câmara.

Tivemos uma intensa participação da sociedade, com mais de 60 audiências em 20 Estados brasileiros, em diversas etapas, desse período, anteriores a sua aprovação. Foram ouvidos e considerados os agentes interessados em participar. Na reta final, ex-ministros do Meio Ambiente produziram um documento que deveriam ter feito nas audiências públicas.

A Câmara, com as suas idiossincrasias, cumpriu o papel democrático de ouvir a sociedade e, na falta da convergência e do consenso absoluto, de usar do voto daqueles com a delegação para falarem em nome da população.

O setor produtivo e os parlamentares deveriam ter preparado uma opinião mais balizada sobre aqueles contrários à aprovação do CF. Esse erro estratégico de comunicação trouxe desvantagem e acirrou argumentos da maldade feita pela Câmara dos Deputados com a humanidade e o Brasil. Na verdade, foi feita a regularização, estabilização e proteção das florestas nacionais.

No relatório aprovado, nenhum artigo permite qualquer forma de desmatamento. O objetivo foi trazer uma estabilidade jurídica e uma regularização para uma situação imutável do ponto de vista da realidade brasileira.

No Estado de São Paulo, temos 24,8 milhões de hectares de território paulista, dos quais 18 milhões de hectares são ocupados com pecuária, agricultura e florestas plantadas. Se aplicarmos o Código Florestal na sua absoluta essência, teremos de congelar 3,7 milhões de hectares. Há um prejuízo social e

econômico. No Brasil há 440 milhões de hectares, preservados e instalados desde a época que o Cabral chegou aqui.

Na discussão do CF, eu disse: “Por que não tem discussão de Código Florestal na Europa? Porque na Europa não tem mais floresta”. É por isso: 0,3% das florestas do mundo está na Europa, ou seja, só no jardim botânico. Há 200 anos, quando começou a Revolução Industrial, a grande fonte de energia foi a floresta. Naquela época, o Brasil tinha 8% das florestas originais do planeta. Como a nossa realidade de desenvolvimento foi diferente, passamos a ter 28% das florestas originais do planeta; só perdemos para a Rússia.

Fui ver como funciona o programa de serviços ambientais na Costa Rica. O seu território, de 50 milhões de hectares, corresponde a um quinto do Estado de São Paulo. Eles criaram um fundo com base na aplicação de 3% sobre as receitas originárias da venda dos combustíveis fósseis.

A grandeza das florestas brasileiras é de 440 milhões de hectares. Temos de agir em várias frentes para manter a fiscalização e o controle, mas também trabalhar no incentivo e na premiação, como o Estado de São Paulo faz. A nossa Mata Atlântica, por exemplo, está em recuperação.

Onde há desenvolvimento econômico, há menos pressão para o desmatamento e maior aplicabilidade das regras colocadas pelas leis. Na Amazônia, pessoas inescrupulosas, a pretexto do Código ou não, cometem desmatamento. Isso é caso de polícia e de cadeia.

O CF é uma lei de acordo com a realidade brasileira do momento atual. Ninguém fala em acabar com a nossa floresta. Temos reais condições, com a tecnologia disponível, de manter o ritmo de desenvolvimento e aumentar a produtividade. Mostrar para o mundo dois títulos: o de ser um dos maiores e melhores produtores de produtos agrícolas e biocombustível, como também o de preservar uma das grandes florestas naturais para a humanidade.

* Deputado Federal

CINCO PONTOS DE DEBATES

Samanta Pineda*

O meio ambiente só será valorizado quando trazer alguma vantagem econômica. É impossível acreditarmos em altruísmo nessa questão. Com a introdução de instrumentos econômicos, o projeto do CF pode ser melhorado no Senado.

O texto aprovado na Câmara não leva à ideia de que floresta é ruim. Participei desse trabalho em todas as etapas como consul-



tora da Frente Parlamentar da Agropecuária e até em parceria com a Abag.

O primeiro projeto ensejou a criação da Comissão Especial, que trouxe todos os onze projetos para a discussão. Havia uma proposta simples de valorizar a floresta: preservar a água e os recursos naturais tem preço.

Dali para frente, de acordo com as suas peculiaridades, cada Estado dita como se faz. A Constituição assim preconiza. O País possui seis biomas e a maior biodiversidade do planeta. É pretensão demais fazer lei daqui de Brasília.

Discordo também no ponto relacionado à anistia. No Direito Tributário, os especialistas conhecem o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), destinado a promover a regularização de débitos fiscais e previdenciários da pessoa jurídica. É uma anistia para as empresas não quebrarem e continuarem vivas.

Nos anos sessenta existia o *slogan*: “Venham à Amazônia. Integrar para não entregar”. O colonizador que não desmatasse 50% seria desapropriado. De repente, aquele sujeito que foi obrigado a fazer aquilo, porque senão perdia a posse daquela terra, virou criminoso. Então, a anistia é o resgate que está se tentando fazer de uma justiça ambiental.

No primeiro projeto, a ideia era não se ter parâmetros de metragem para as APPs. Os estudos da Embrapa e de outras entidades da pesquisa não mostram relação entre a largura do rio e a sua mata ciliar. O importante é a espessura do solo, sua declividade, se é argiloso ou arenoso. Mas quem consegue falar em mexer em metragem de APP no Brasil?

A quebra de braço será forte em pelo menos cinco pontos:

- 1º - anistia com resgate do direito adquirido no tempo;
- 2º - obrigatoriedade geral no cumprimento da Reserva Legal;
- 3º - delegação para os Estados fazerem a própria legislação;
- 4º - regularização de uso de APP; e
- 5º - consideração de várzea contínua como APP.

Existem projetos de pagamento por serviço ambiental na Câmara e no Senado. Cada um cria a sua bolsa e o seu fundo, dependendo do orçamento do governo. Infelizmente, sou cética com relação a isso.

Então, as autoridades devem conhecer esse projeto, que nasceu de uma iniciativa da Frente Parlamentar da Agropecuária, para chegar e dizer os seus motivos positivos.

* Diretora da Pineda & Krahn Advogados

O novo Código Florestal

Áreas de Preservação Permanente

- Cursos d'água
Conserva as medidas atuais para mata ciliar contada da calha do leito regular e não do nível mais alto. De 30 a 500 metros, somente prevendo consolidação de uso para rios cuja largura seja de até 10 metros, desde que seja recuperada uma faixa de 15 metros da margem (art.35).
- Lagos e lagoas naturais
Acima de 20 hectares – 100 metros de zona rural
Até 20 hectares – 50 metros
Zona urbana – 30 metros
- Entorno das nascentes perenes ou intermitentes (raio de 50 metros)
- Encostas com declividade superior a 45 graus
- Restingas, quando são fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangue
- Topos de morro
- Campos de altitude
- Bordas de tabuleiro ou chapadas: 100 metros em projeção horizontal até a linha de ruptura do relevo

Usos e regularização

Lagoas artificiais não decorrentes de barramento ou inferiores a 1 ha não necessitam de APP.

Emenda 164

ARTIGO 8º

A intervenção ou supressão de vegetação em APP e a manutenção das atividades consolidadas até o dia 22 de julho de 2008 ocorrerão nas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou

baixo impacto, previstas em Lei, bem como nas atividades agro-silvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, observado o disposto no § 3º.

§ 1º - A existência das situações previstas no *caput* deverá ser informada no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de monitoramento, sendo exigida nestes casos a adoção das técnicas de conservação de solo e água que visem à mitigação dos eventuais impactos.

§ 2º - Antes mesmo da disponibilização do CAR, de que trata o § 1º, no caso de intervenções já existentes, fica o proprietário ou possuidor responsável pela conservação do solo e da água, conforme determinações agrônômicas.

§ 3º - O Programa de Regularização Ambiental (PRA) previsto nesta lei, atendidas peculiaridades locais, estabelecerá outras atividades não previstas no *caput*, para fins de regularização e manutenção, desde que não estejam em área de risco e sejam observados critérios técnicos de conservação de solo e água.

§ 4º - O PRA regularizará a manutenção de outras atividades consolidadas em Áreas de Preservação Permanente, vedada a expansão das áreas ocupadas, ressalvados os casos em que haja recomendação técnica de recuperação da referida área.

ARTIGO 10

Borda de tabuleiros, campos de altitude e topos de morro: manutenção de atividades florestais, espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo e pastoreio extensivo, infraestrutura física associada.

§ 1º - O pastoreio extensivo nos locais restritos às áreas de vegetação campestre natural ou já convertidas para campo.

§ 2º - Infraestrutura condicionada à adoção de práticas conservacionistas do solo e das águas.

ARTIGO 35

No caso de áreas rurais consolidadas localizadas em Áreas de Preservação Permanente nas margens de cursos d'água de até dez metros de largura, será admitida a manutenção das atividades agrossilvopastoris desenvolvidas, desde que sejam:

- I - recompostas as faixas marginais em, no mínimo, 15 metros, contados da calha do leito regular;
- II - observados critérios técnicos de conservação do solo e água.

Áreas de uso restrito**ARTIGO 12**

Planície pantaneira: Inclinação entre 25 e 45° - vedada a conversão.

Reserva Legal

Mesmas porcentagens: 80% Amazônia, 35% Cerrado Amazônico e 20% o restante.

- Áreas de até 4 módulos: Mantida a vegetação de Julho de 2008.
- Serra: permitido o cômputo das APPs se preservada ou em recuperação, no cálculo do percentual de Reserva Legal, desde que não implique em desmatamento.
- O proprietário deverá promover o cadastro da propriedade no órgão ambiental.
- Não há mais averbação em cartório: substituída pelo CAR.

Direito Adquirido**ARTIGO 39**

No que tange à Reserva Legal, serão respeitadas, sem necessidade de regeneração, recomposição ou compensação, as situações de áreas que se tenham consolidado na conformidade com

a lei em vigor à época em que ocorreu a supressão.

Parágrafo único. Na forma do regulamento desta lei, os proprietários ou possuidores de imóveis rurais poderão provar essas situações consolidadas por documentos, tais como a descrição de fatos históricos de ocupação da região, registros de comercialização, dados agropecuários da atividade, contratos e documentos bancários relativos à produção e por todos os outros meios de prova em direito admitidos.

CAR

Inscrição obrigatória para todas as propriedades rurais a ser feita nos órgãos ambientais. Sua implementação deverá ocorrer em até 90 dias da publicação da lei, sendo que o prazo para a inscrição dos imóveis será definido em regulamento.

Antecede à adesão ao PRA, com procedimento simplificado para a pequena propriedade rural familiar.

PRA

Poderá consolidar áreas de uso e definir formas de regularização. União, Estados e DF deverão implantar para adequar as áreas consolidadas aos termos desta lei. A sua adesão suspende as multas aplicadas por desmatamentos ocorridos antes de julho de 2008 em APP e RL, sendo que deverá ocorrer em até um ano da implementação do CAR e em um ano e três meses da publicação da lei.

TAC

Será assinado para a regularização, e, cumpridas as obrigações do TAC, as multas serão convertidas em serviços de melhoria ambiental. A assinatura do TAC suspende a punibilidade dos crimes de supressão de vegetação em APP e de impedimento de regeneração, mas não suspende punibilidade de crimes na Mata Atlântica.

VISÃO DA SUSTENTABILIDADE

Ocimar Villela*



A sustentabilidade alimentar do País depende muito do CF brasileiro. Por isso, este não deve só ser pensado do ponto de vista ambiental. O grande acerto do relator foi olhar o País do ponto de vista social e econômico. Deve ter o componente ambiental, econômico e social.

A economia do Brasil começou com o pau-brasil. Não era para fins de utilização de madeira, mas para tinta. Tivemos outros ciclos com a cana, o café, a borracha, as entradas e as bandeiras atrás de ouro, de diamantes e outras riquezas. Tudo isso dava sustentabilidade para o País. Exportávamos produtos que não tinham grande importância alimentar, para importarmos outros produtos para a nossa subsistência. Começamos a ficar independentes nos anos 60 com a caminhada para o Centro-Oeste.

Sou filho de pequenos produtores. Meu avô abriu essa Mata Atlântica, no Paraná, com machado. Não foi com motosserra. Muita gente sofreu para abrir esse sertão; ele morreu de malária. Para combater essa doença, recomendava-se, primeiro, arrancar as matas na beira do rio, por causa do mosquito contaminador que lá vivia. Tenho essa experiência das aberturas de áreas e da necessidade de reconhecimento na linha do tempo. Não podemos esquecer o passado. Precisamos parabenizar o relator por esse reconhecimento.

Então, hoje, quando acontece essa abertura de 40 mil hectares no Mato Grosso, como o governo não viu isso? Com tantos satélites e um contingente enorme de fiscais. Por que falta proatividade? Nunca tivemos governança nessa região de fronteira. Quando há desajuste, a culpa é do ruralista. Sempre é assim.

Esse CF precisa ter melhor entendimento. O Instituto Ares tem dado a sua contribuição. Estamos aqui para ouvir as reflexões importantes dos ilustres expositores. O nosso esforço é colocar de uma maneira prática e funcional para que a sociedade compreenda o que aconteceu com essa aprovação.

* Superintendente do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares)